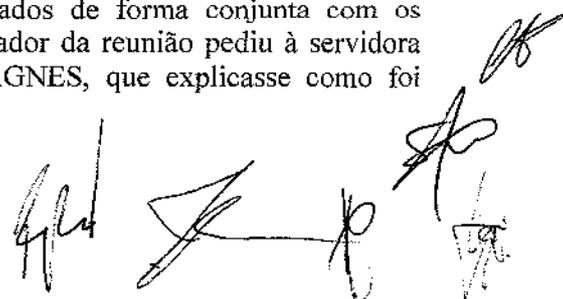


Ata da 9ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – CGSGIB.

1 Aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e nove, às quatorze horas e trinta
2 minutos, na Esplanada dos Ministérios, Bloco E, segundo andar, sala duzentos e
3 cinquenta e sete do Ministério da Integração Nacional, em Brasília - Distrito Federal, o
4 Conselho Gestor do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco
5 com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional se reuniu com a presença dos
6 Conselheiros: José Luiz de Souza (MI/SIH), Julio Thadeu Silva Kettelhut (MMA/
7 SRHU), Renato Dalla Lana (MME/SEE), Pedro Antônio Bertone de Ataíde (Casa
8 Civil), César Augusto Pinheiro (Estado do Ceará / Cogeh), Celso de Macedo Veiga
9 (Estado do Rio Grande do Norte / SEMARH), Francisco Jácome Sarmento (Estado da
10 Paraíba / SEIE) e com as presenças dos convidados José Augusto Guerra (DNOCS),
11 Francisco Viana (ANA), Carlos Motta Nunes (ANA), Maria Angélica Valério
12 (Consultora) e Fernando Antônio Rodrigues (Consultor), Irani Braga Ramos (MI/SIH),
13 Lisiane Bastos (MI/SIH), Paula Roberta Baratella (MI/SIH), Felipe Maia Oliveto
14 (MI/SIH) e Michael Vinícius Sizflio Peron (MI/SIH). Com a existência de *quorum*
15 regimental suficiente, o coordenador da reunião, **José Luiz de Souza**, declarou abertos
16 os trabalhos e iniciou a leitura das atas da sétima e oitava reuniões ordinárias bem
17 como da primeira reunião extraordinária deste conselho. Após alguns ajustes pontuais,
18 os três documentos foram aprovados por unanimidade. Em seguida, a título de informe,
19 o coordenador levou ao conhecimento de todos que, em plenária, o comitê de bacia do
20 São Francisco definiu os valores de cobrança pelo uso da água para os dois eixos do
21 Projeto de Integração de Bacias. Este fato já foi objeto de discussão na Casa Civil para
22 alinhar o posicionamento do governo frente aos impactos econômicos que poderá
23 incidir sobre o PISF. **Francisco Viana** destaca que com o advento da Lei n.º
24 9.984/2000 a ANA coordena o processo de descentralização da operação da estrutura
25 hidráulica. Portanto, a estruturação dos açudes para a delegação das águas transpostas
26 aos estados receptores é ponto fundamental neste processo, sendo esta uma questão
27 ainda aberta no âmbito deste conselho, tendo em vista o cenário atual em termos de
28 recursos financeiros do DNOCS. **José Luiz** informa sobre a articulação junto ao CNPq,
29 para celebrar cooperação visando estabelecer um programa de bolsistas para atender os
30 estados receptores no tocante a capacitação e que foram enviados documentos para
31 apreciação por parte do órgão, restando ao MI aguardar resposta. Seguindo com a
32 ordem do dia, o consultor **Fernando Rodrigues** iniciou a nova apresentação incluindo
33 as sugestões fornecidas pelos conselheiros na reunião passada. Em sua apresentação, o
34 consultor destacou claramente quais critérios objetivos foram analisados, bem como
35 todas as possibilidades estudadas e sua viabilidade para se tornarem operadoras
36 federais do sistema. A recomendação do consultor para a operadora federal é que seja
37 instituição sem fins lucrativos (com fins não econômicos), operador de estrutura
38 hídrica eletro-mecânica e agente de desenvolvimento e promoção social. Equipe do
39 Ministério da Integração fez estudo e sugeriu um nome para a operadora federal: Águas
40 Integradas do Nordeste Setentrional - AGNES. Após algumas intervenções e
41 esclarecimentos, o consultor mencionou que qualquer que seja o modelo escolhido é
42 necessário estruturar internamente o Ministério da Integração para se articular com esse
43 novo ente e finalizou sua apresentação delineando a exposição de motivos e o projeto
44 de lei que foi elaborado para a criação da operadora federal. **Renato Dalla Lana**
45 intervém para alertar que falta um plano de operação a longo prazo. É necessária a
46 identificação das demandas dos Estados, coordenados de forma conjunta com os
47 agentes envolvidos, tais como usuários. O coordenador da reunião pediu à servidora
48 **Paula Baratella**, idealizadora da logomarca da AGNES, que explicasse como foi



49 elaborada a proposta de nome e logomarca para a operadora. Evidentemente, por se
50 tratar de proposta, a sigla, bem como a logomarca, precisarão passar por
51 amadurecimento dentro de instâncias legais e institucionais. Após as discussões, a
52 proposta de modelo de gestão para o PISF foi aprovada pelos conselheiros e segue para
53 o Ministério da Integração conforme o decreto n.º 5.995 de 19 de dezembro de 2006.
54 Como próximo ponto de pauta, um relatório do diagnóstico sobre as barragens
55 integrantes do PISF foi apresentado pelo representante do DNOCS, **José Augusto**
56 **Guerra** que mostrou uma planilha onde constam valores financeiros aproximados para
57 a intervenção imediata em todas as barragens relacionadas, sob pena de
58 comprometimento da segurança das estruturas. Após análise e discussão conclui-se que
59 o documento apresentado pelo DNOCS carece de aperfeiçoamento. Para isto, faz-se
60 necessário que uma equipe composta pelo Ministério da Integração, DNOCS e os
61 estados avaliem *in loco* a situação de cada reservatório e indique o que necessita ser
62 feito inclusive com estimativa de custos para dotar essas estruturas receptoras do PISF
63 de condições operacionais seguras. É consenso a necessidade de medidas corretivas e
64 de manutenção relativas a equipamentos hidro-mecânicos, assim como nos maciços,
65 diques auxiliares e estruturas, o quadro atual tenderá a se agravar resultando em uma
66 situação de instabilidade podendo comprometer a segurança e integridade dos
67 reservatórios. **Pedro Bertone de Ataíde** se comprometeu a envidar esforços no sentido
68 de alocar recursos para o diagnóstico e recuperação dos açudes. Os conselheiros
69 chegaram ao consenso que há atualmente nove barragens onde a intervenção precisa
70 ser feita prioritariamente, são elas: Poções, Boqueirão, Acauã, Quixabinha, Engenheiro
71 Ávidos, São Gonçalo, Curemas, Angicos e Pau dos Ferros. **Francisco Sarmento** frisa
72 que há uma preocupação coletiva e emergencial com relação às providências que serão
73 tomadas em relação aos açudes, pois os mesmos são partes fundamentais dentro do
74 projeto. Como último ponto de pauta, **José Luiz** consulta os conselheiros sobre que
75 estratégia adotar para realização do estudo hidrológico dos açudes integrantes do PISF.
76 **Francisco Sarmento** sugere que cada estado apresente o seu individualmente, pois
77 assim as nuances de cada um seriam respeitadas. Os conselheiros acataram a sugestão
78 por unanimidade. Depois de esclarecidas as dúvidas e ouvidas sugestões dos
79 conselheiros, atendidos e cumpridos os pontos de pauta e não havendo mais
80 manifestações, o Coordenador agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.
81 Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que lida e aprovada, será
82 assinada pelos conselheiros presentes.

